

5. MAPEAMENTO DOS OBSERVATÓRIOS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

*Larissa Moreno Silva
Felipe da Rocha Ferreira
Fernanda Maciel Rufino
Diego José Macêdo*

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta um mapeamento dos observatórios governamentais brasileiros, com o objetivo de compreender suas características principais. Considerando que estudar os atributos que tornam os observatórios únicos pode fomentar a criação e o desenvolvimento dessa tipologia de sistemas em diversos âmbitos da sociedade, o levantamento de observatórios foi realizado a partir de uma amostra que define os critérios de categorização das estruturas informacionais e verifica a sua variabilidade segundo as características mais relevantes. Quanto ao marco temporal de análise desta pesquisa, começou no dia 08/12/2022 e terminou no dia 15/01/2023.

A metodologia consistiu, inicialmente, em uma pesquisa pelo descritor “observatório” no site de buscas *Google*. Na primeira etapa, foi realizado o levantamento dos observatórios por meio do metabuscador *Google*, com buscas realizadas em quatro modos: pesquisa por observatórios em cada Unidade Federativa (UF), como, por exemplo, “observatórios de MG” ou “observatórios de Minas Gerais”; pesquisa no portal Gov.br; pesquisa por “*observatory of government*”; e, por fim, pesquisa por “*observatory of Science and technology*”. Cabe ressaltar que selecionar amostras por intermédio do buscador Google é um exemplo de amostragem por conveniência ou amostragem acidental. Esse tipo de amostragem envolve a escolha de elementos que são mais facilmente acessíveis ao pesquisador, sem seguir um critério probabilístico, ou seja, sem garantir que todos os

membros da população-alvo tenham a mesma chance de serem incluídos na amostra. Ademais, a amostragem por conveniência é amplamente recomendada para estudos exploratórios, isto é, quando o foco principal é obter uma compreensão inicial de um fenômeno ou problema pouco conhecido.

Ao final da coleta, foram reunidos 675 observatórios, mas 203 não atingiram os critérios mínimos para serem considerados como tal. Essa desclassificação ocorreu por diversas razões, entre as quais se destacam: a falta de um site próprio, não sendo possível determinar se os produtos e as atividades eram, de fato, do observatório ou da sua instituição mantenedora; o não funcionamento do site, que estava fora do ar; o fato de o ambiente do observatório ser um site de notícia; ou a existência de apenas uma notícia sobre a criação do observatório, sem site próprio de atuação. Para a seleção dos observatórios analisados nesse estudo, foram escolhidos aqueles que possuíam vínculo governamental, o que resultou em um total de 214 observatórios governamentais brasileiros, como pode ser visualizado no Apêndice A.

5.2 ÁREA DO CONHECIMENTO

A tipologia de observatório pode variar de acordo com sua finalidade, temática, atuação, natureza, vinculação administrativa e seu público usuário. Essas características afetam e interferem na forma como as atividades e os produtos de um observatório são estruturados, assim como sobre quais processos, métodos e procedimentos são aplicados (Soares; Ferneda; Prado, 2018). Atualmente, os fenômenos que são objeto de estudo e acompanhamento por parte dos observatórios são extremamente variados, abrangendo fenômenos sociais e várias áreas do conhecimento, sendo bem diferente do conceito que remete às observações da natureza e daqueles fenômenos estudados pelas ciências astronômica, geológica, meteorológica, oceanográfica, dentre outras (Gusmão, 2006; Alves *et al.*, 2017).

Diante disso, a pesquisa utilizou a Classificação Decimal Universal (CDU), que é um sistema internacional de classificação de documentos, cuja base está no conceito de que o conhecimento humano pode ser dividido em dez classes principais de conhecimento (atualmente a classe quatro

encontra-se vazia), e estas, por sua vez, podem ser infinitamente divididas em uma hierarquia decimal, para categorizar os observatórios coletados segundo a temática de atuação.

As dez classes principais da CDU utilizadas na análise de classificação dos observatórios conforme o Quadro 1 foram: 0 Generalidades; 1 Filosofia e Psicologia; 2 Religião; 3 Ciências Sociais; 5 Ciências Naturais; 6 Ciências Aplicadas; 7 Artes; 8 Línguas; 9 Geografia e História.

Quadro 1 - Classificação dos observatórios governamentais quanto à temática

Classificação (área do conhecimento CDU)	Frequência	Porcentagem
Artes	7	3,27%
Ciências Aplicadas	39	18,22%
Ciências Sociais	141	65,88%
Ciências Naturais	17	7,94%
Generalidades	8	3,74%
Geografia e História	1	0,47%
Língua	1	0,47%
Total	214	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Percebe-se que há maior concentração de observatórios governamentais voltados a temas de Ciências Sociais. Isso pode ser explicado pelo fato de que as Ciências Sociais fornecem dados fundamentais à formulação de políticas públicas que visam ao aperfeiçoamento de determinadas áreas, como educação, habitação e segurança. De forma ampla, como os observatórios são centros de informações, é compreensível que haja mais observatórios nessa área, pois os governos precisam de muitos dados para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências que respondam às demandas sociais.

O segundo grupo com maior número de observatórios é o das Ciências Aplicadas. A explicação está relacionada ao fato de que um dos objetivos estratégicos do governo é a promoção da inovação e do desenvolvimento econômico. Assim, criar observatórios direcionados às Ciências Aplicadas ajudaria a alcançar tal objetivo, visto que os estudos realizados nessa área são fundamentais à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias.

5.3 QUANTO À MISSÃO

A missão de um observatório compreende o propósito pelo qual esse tipo de sistema é constituído. Pacheco e Batista (2016) enumeram três classificações para os observatórios concernentes à sua missão, podendo ser exercidas de forma complementar ou cumulativa, em um crescente acréscimo de funções:

- Estudos e análises para tomada de decisão: apoio à tomada de decisão dentro do tema ou setor que atuam;
- Monitoramento e acompanhamento setorial;
- Comunicação de informação ou conhecimento estratégico: difusão de informações e conhecimento sobre um fenômeno.

Quadro 2 - Classificação dos observatórios quanto à missão

Classificação	Frequência	Porcentagem
Estudos e análises para tomada de decisão	24	11,21%
Monitoramento e acompanhamento setorial	18	8,41%
Comunicação de informação ou conhecimento estratégico	67	31,31%
Estudos e análises para tomada de decisão e Monitoramento e acompanhamento setorial	28	13,08%

Classificação	Frequência	Porcentagem
Estudos e análises para tomada de decisão e Comunicação de informação ou conhecimento estratégico	39	18,22%
Monitoramento e acompanhamento setorial e Comunicação de informação ou conhecimento estratégico	26	12,15%
Estudos e análises para tomada de decisão, Monitoramento e acompanhamento setorial e Comunicação de informação ou conhecimento estratégico	12	5,61%
Total	214	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Pelos resultados, conforme o Quadro 2, as classificações “estudos e análises para tomada de decisão” (11,21%) e “monitoramento e acompanhamento setorial” (8,41%) têm proporções relativamente pequenas individualmente. Isso pode indicar que essas atividades, embora importantes, estão menos isoladas e, frequentemente, combinadas com outras funções. A “comunicação de informação ou conhecimento estratégico”, por outro lado, é a atividade mais representada, com 31,31%. Isso sugere que o foco principal dos observatórios governamentais está na disseminação de informações e no compartilhamento de conhecimentos estratégicos.

A combinação entre “estudos e análises para tomada de decisão e comunicação estratégica” (18,22%) assinala que muitos observatórios governamentais reconhecem a importância de traduzir as análises de dados em informações acessíveis e estratégicas para o público e para os tomadores de decisão. Isso revela um esforço para que as pesquisas e análises governamentais não fiquem limitadas aos relatórios internos ou ao nível técnico, mas que sejam disseminadas amplamente, permitindo maior transparência e engajamento do público. Assim, os governos não apenas tomam decisões baseadas em dados, mas também comunicam essas decisões e os dados que as fundamentam, o que é crucial em questões de políticas públicas e ações sociais.

Já a combinação entre “estudos e análises para tomada de decisão e monitoramento setorial” (13,08%) sugere uma abordagem em que os observatórios estão comprometidos com ajustes contínuos de políticas e ações governamentais. A coleta e análise de dados, ao ser associada a um monitoramento constante, permite que os governos adaptem suas estratégias conforme novos dados e situações emergem. De forma ampla, os observatórios que combinam essas funções provavelmente desempenham papel crucial na criação de políticas mais responsivas e dinâmicas.

Por sua vez, a combinação entre “monitoramento setorial e comunicação de informação” (12,1%) reflete o esforço dos observatórios para não apenas acompanhar tendências e eventos em tempo real, mas também para comunicar rapidamente essas descobertas ao público e a outros departamentos governamentais. O governo, ao comunicar de maneira clara os dados monitorados, facilita a tomada de decisões rápida e eficaz, e ainda mantém o público informado e preparado.

De modo geral, a análise dos resultados obtidos revela que a missão dos observatórios governamentais se concentra fortemente na comunicação de informações estratégicas, que é vista como uma prioridade essencial. Além disso, a tendência à combinação parcial de funções mostra que os observatórios estão focados em desempenhar suas missões de maneira adaptável e eficaz, contribuindo seja para a formulação seja para a implementação e o monitoramento de políticas públicas.

Ademais, Estivill (2007) destaca que os observatórios podem cumprir uma missão informativa tanto em modo passivo quanto analítico, contribuindo com estudos e pesquisas, informações detalhadas, convertendo-se em um referencial do tema ou do setor em que atua. A comparação entre essa afirmação e os resultados obtidos revela que os observatórios governamentais estão, em grande parte, cumprindo uma missão informativa ativa, priorizando a comunicação de informações (144 observatórios possuem essa missão). No entanto, a capacidade de se estabelecerem como referências analíticas ainda enfrenta desafios, refletidos nas menores proporções dedicadas a estudos (103) e monitoramento (84).

5.4 QUANTO À CARACTERIZAÇÃO

Sepúlveda Galeas e Pérez (2011) e Husillos (2006) classificam os observatórios considerando a sua evolução ao longo do tempo e podem ser caracterizados em três gerações:

- Primeira geração: são estruturados como centros de documentação relacionados ao conceito originário dos observatórios, tratando-se, assim, de bibliotecas virtuais dedicadas a uma temática específica;
- Segunda geração: são formados como centros de análises de dados, evoluindo, portanto, à condição de ferramentas que apoiam a tomada de decisão;
- Terceira geração: são constituídos como espaços amplos de informação, intercâmbio e colaboração, em que são promovidos a reflexão e o intercâmbio de conhecimento com trabalhos em rede.

Quadro 3 - Classificação dos observatórios quanto à caracterização

Classificação	Frequência	Porcentagem
Primeira geração	92	43%
Segunda geração	94	43,92%
Terceira geração	28	13,08%
Total	214	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Pelos resultados obtidos, conforme o Quadro 3, a primeira (43%) e a segunda geração (43,92%) de observatórios governamentais possuem proporções muito próximas, evidenciando que a maior parte das iniciativas ainda está concentrada nas fases iniciais e intermediárias de evolução. Isso sugere que muitas dessas iniciativas estão focadas em atividades de documentação e análise de dados. De forma ampla, a primeira geração está voltada à criação de centros de documentação e bibliotecas virtuais, enquanto a segunda geração expande para análises de dados e suporte à

tomada de decisão, mostrando uma transição significativa para processos mais sofisticados de uso da informação.

Em termos gerais, o fato de as primeiras duas gerações, juntas, representarem quase 87% do total indica que a função primordial dos observatórios governamentais ainda está centrada no suporte técnico, oferecendo dados e análises para embasar a tomada de decisões. A transição para espaços colaborativos (terceira geração), onde o conhecimento é compartilhado de modo mais abrangente, parece ser menos explorada, ou estar em processo mais recente de exploração, indicando um campo de potencial crescimento.

De acordo com Hellmann (2014), a dimensão de um observatório está diretamente relacionada com os recursos que seus mantenedores dispõem, sejam humanos, físicos ou financeiros. Assim, a baixa representatividade da terceira geração pode indicar que essa transição para espaços colaborativos e amplos de informação é mais lenta ou requer mudanças estruturais mais profundas, o que demanda mais recursos da instituição mantenedora.

5.5 QUANTO AO PÚBLICO-ALVO

Segundo Silva *et al.* (2013), os observatórios têm público-alvo bastante variado. Alguns visam à sociedade como um todo, ao passo que outros se concentram em segmentos e públicos específicos.

Quadro 4 - Classificação dos observatórios quanto ao público-alvo

Classificação	Frequência	Porcentagem
Sociedade em geral	200	93,45%
Outros	14	6,55%
Total	214	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Pelos resultados, conforme o Quadro 4, a categoria “sociedade em geral” representa 93,45% do total, o que indica que a maior parte das atividades

ou informações dos observatórios é direcionada à população. Isso pode sugerir que os observatórios têm um compromisso significativo com a transparência e a prestação de contas, garantindo que informações e dados estejam disponíveis e acessíveis ao público. Além disso, a ênfase na sociedade em geral também implica que os observatórios buscam engajar cidadãos, coletivos e comunidades em discussões sobre políticas públicas, promovendo um diálogo entre governo e sociedade. Por outro lado, há menos observatórios com a categoria “outros”, assinalando que os observatórios podem ter foco em setores específicos, como organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas ou o próprio governo.

Em suma, a análise dos dados revela que os observatórios governamentais priorizam significativamente a comunicação e a interação com toda a sociedade, o que é crucial para promover a transparência e a participação cidadã. De modo geral, essa abordagem reflete um modelo de governança que valoriza a inclusão e o engajamento do público nas questões sociais e políticas.

5.6 QUANTO À NATUREZA

Na classificação proposta por Pacheco e Batista (2016), entende-se por natureza a forma com que um observatório se materializa para efetivar sua missão:

- Unidade Organizacional ou Elemento da Organização (departamento, núcleo ou centro) que realiza a função designada para o observatório;
- Mecanismo ou Processo Dispositivo por meio do qual as funções do observatório são realizadas pelo grupo responsável;
- Instrumento de Tecnologia ou Ferramental empregado no cumprimento da missão do observatório.

Quadro 5 - Classificação dos observatórios quanto à natureza

Classificação	Frequência	Porcentagem
Unidade Organizacional Elemento da Organização	97	45,32%
Mecanismo ou Processo Dispositivo	72	33,65%
Instrumento Tecnologia ou Ferramental	45	21,03%
Total	214	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Pelos resultados, conforme o Quadro 5, nota-se a predominância da unidade organizacional ou elemento da organização (45,32%), o que indica que a maioria das atividades dos observatórios é realizada por estruturas formalizadas, como departamentos ou núcleos. Desse modo, os observatórios são parte integrante de uma organização maior, o que proporciona uma base sólida para a execução de suas funções. Vale ressaltar que a clareza na estrutura organizacional pode facilitar a coordenação de esforços, a alocação de recursos e a definição de responsabilidades. Assim, estar bem integrados nas estruturas governamentais permite uma coordenação eficaz das ações e uma definição clara de papéis e responsabilidades.

Além disso, nota-se um número significativo de observatórios que utilizam mecanismos ou processos estabelecidos (33,65%) para conduzir suas atividades e efetivar sua missão. Isso revela a existência de protocolos e metodologias definidos, que orientam o modo como as funções são desempenhadas. De forma ampla, a presença de mecanismos é fundamental à garantia da eficiência e da consistência nas operações, permitindo que os dados sejam coletados, analisados e disseminados de maneira sistemática e coordenada, o que é crucial para a consistência e confiabilidade dos dados e análises produzidos.

Por fim, a categoria de instrumentos (21,03%), que inclui as tecnologias e ferramentas utilizadas pelos observatórios, representa a menor parte dos resultados. Isso pode indicar que, embora os observatórios reconheçam a importância de ter ferramentas adequadas ao cumprimento de sua missão, essa área pode estar menos desenvolvida

ou receber menos atenção em comparação às unidades organizacionais e aos processos. Além disso, a ausência de maior investimento em tecnologia pode limitar a capacidade dos observatórios de coletar e analisar dados de maneira eficaz.

5.7 QUANTO AO ANO DE CRIAÇÃO

Segundo Cunill Grau (2000), no Brasil, as primeiras experiências de observatórios datam da década de 1990, relacionadas fundamentalmente ao processo de redemocratização pelo qual o país passava.

Quadro 6 - Classificação dos observatórios quanto ao ano de criação

Classificação	Frequência	Porcentagem
2000 a 2004	7	3,27%
2005 a 2009	15	7,01%
2010 a 2014	28	13,08%
2015 a 2019	52	24,3%
Depois de 2019	20	9,35%
Sem informação	92	42,99%
Total	214	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Os resultados, conforme o Quadro 6, mostram que, embora os primeiros observatórios tenham surgido em períodos anteriores, como destacado por Cunill Grau (2000), a criação desses observatórios se intensificou especialmente após 2010. Esse crescimento pode estar ligado à crescente demanda por transparência, monitoramento e análise das políticas públicas, refletindo um fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e participação democrática no Brasil.

No entanto, é importante reconhecer que quase 43% dos observatórios não disponibilizaram a informação sobre o ano de sua criação em seus

sites, o que torna difícil afirmar, com certeza, se houve realmente esse aumento tão expressivo nesse período. Não bastasse isso, a falta de dados tão essenciais compromete a análise mais aprofundada do desenvolvimento desses observatórios, dificultando o entendimento do impacto que tiveram ao longo do tempo e sua relevância no cenário das políticas públicas.

5.8 TIPOLOGIA DOCUMENTAL NOS OBSERVATÓRIOS GOVERNAMENTAIS

Posteriormente, foi analisada a organização da tipologia documental/memória técnica presente nos observatórios investigados. Shintaku e Sousa (2022, p. 2) classificam a memória técnica como “o conjunto de documentos produzidos por órgãos públicos que têm características de biblioteca [...]”. Para essa análise, foram reunidas nove variáveis e examinada a incidência de cada uma, como é possível visualizar no Quadro 7.

Quadro 7 - Incidências das tipologias documentais nos observatórios governamentais

Atividade	Porcentagem
Boletins	31 %
Panorama/Estatística/Indicadores/Painéis/Gráficos/ Dashboards (números)	59%
Relatórios/Resumos/Anuário	51%
Pesquisas/Projetos	38%
Publicações	66%
Dossiê/Legislação	36%
Artigos	38%
Notícias	56%
Mapa/Atlas	37%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Jabar e Matzopoulos (2017) salientam que um observatório atua como um centro dedicado a sistematizar informações de diferentes fontes para produzir análises ou estudos periódicos. No entanto, essa sistematização não é homogênea, existindo diversas formas de divulgação da informação. Pelos resultados, a principal forma de fazer isso é por meio da publicação de Panoramas/Estatísticas/Indicadores e notícias. Isso demonstra que existe uma variedade de modalidades de divulgação da informação.

Vale ressaltar que cada modalidade tem seus objetivos, suas vantagens e seus contextos apropriados. Por exemplo, os indicadores visam simplificar dados complexos e torná-los fáceis de entender, enquanto os artigos contribuem para o conhecimento acadêmico e científico, e os relatórios fornecem uma visão abrangente de dados coletados, análises realizadas e conclusões tiradas. De forma ampla, apesar das diferenças, o denominador comum é o fornecimento de informações sobre tópicos específicos.

5.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo analisou a variabilidade da área de atuação dos observatórios, bem como a tipologia documental nos observatórios governamentais. Em relação à área de atuação desses sistemas, Estivill (2007) alerta que a área temática que o observatório deseja abordar é uma questão complexa, já que há o risco de não se tratar com atenção e objetividade as áreas de interesse do tema.

Dessa forma, a escolha do escopo do observatório é crucial para que estes alcancem seus objetivos preestabelecidos. Além disso, deve-se ter em mente que, ao escolher temas muito amplos, o observatório corre o risco de abordá-los de maneira superficial, sem profundidade suficiente, enquanto a escolha de temas excessivamente restritos pode levar a conclusões baseadas em exemplos isolados ou pouco representativos. Esse equilíbrio entre amplitude e especificidade também é elencado por Soares, Ferneda e Prado (2018), que destacam que temas muito amplos tendem a ser analisados de modo superficial e temas muito restritos podem induzir à evidência anedótica.

Concernente à diversidade da tipologia documental, os observatórios governamentais tendem a adequar seus produtos e serviços para atendimento das necessidades de seu público-alvo. Phélan C. (2007) aponta que os observatórios devem ser entendidos como ferramentas destinadas a suprirem as necessidades de informação especializada, que deve ser produzida “sob medida” para os usuários. Nesse sentido, essa tipologia é tão diversificada porque os documentos são criados para atender a diferentes necessidades e públicos específicos.

Finalmente, os resultados desta pesquisa não apenas contribuem para o desenvolvimento de novos observatórios, como também para a melhoria contínua dos já existentes, potencializando o papel desempenhado por esses sistemas de ferramentas essenciais ao monitoramento, à análise e à avaliação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. P.; LIMA, C. G.; NÓBREGA, W. A.; CAVALCANTE, C. S.; MARTINIANO, C. S. O Observatório como espaço de controle social: relato de experiência do Observatório Paraibano de Políticas e Sistemas de Saúde. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS, 1., 2017, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize, 2017. ISSN 2594-7885. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31315>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CUNILL GRAU, N. Responsabilización por el control social. *In*: CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO. Consejo Científico. **La Responsabilización en la Nueva Gestión Pública Latinoamericana**. Buenos Aires: Eudeba; CLAD, c2000. p. 269-327. ISBN 950-23-1133-7.

ESTIVILL, J. **Panorama dos Observatórios de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social**: contributos para o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Barcelona: Rede Europeia Anti-pobreza (REAPN), 2007. Disponível em: https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/panorama_observatorios_luta_contra_pobreza_exclusao_social.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

GUSMÃO, M. R. Observatório apoia a adoção de tecnologias de gestão. **Informe**, [s. l.], v. 26, n. 175, 2006.

HELLMANN, G. J. O Observatório Regional como ferramenta de gestão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o caso do Instituto Federal do Paraná. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 153-184, primavera 2014. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4152/2960>. Acesso em: 18 nov. 2024.

HUSILLOS, J. Círculo para la calidad de los servicios públicos de l'Hospitalet. In: SEMINARIO INMI-GRACIÓN Y EUROPA, 4., 2006, Barcelona. **Anais** [...]. Barcelona: Fundación CIDOB, 2006. p. 149-154.

JABAR, A.; MATZOPOULOS, R. Violence and injury observatories: Reducing the burden of injury in high-risk communities. **South African Crime Quarterly**, Cape Town, n. 59, p. 47-57, Mar. 2017. Disponível em: <https://journals.assaf.org.za/index.php/sacq/article/view/1547>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PACHECO, R.; BATISTA, A. Observatórios de informação e conhecimento. In: PACHECO, R.; BATISTA, A.; SELL, D. **Projeto do Inventário de Competências de Software no Brasil**. [S. l.]: Softex, 2016. Cap. 2.

PHÉLAN C., M. La Red Observatorios Locales de Barcelona, España: un estudio de casos para diseñar uma propuesta nacional. **Revista Venezolana de Sociología y Antropología**, Venezuela, v. 17, n. 48, p. 96-122, enero-abr., 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70504806>. Acesso em: 6 out. 2024.

SEPÚLVEDA GALEAS, M.; PÉREZ, C. Observatorios de primera y segunda generación: una tercera generación. In: GUTIÉRREZ-BONILLA, M. L. (ed.). **Qué sabemos y no sabemos sobre jóvenes y juventudes**: memorias I Encuentro Nacional RedConocimiento Juvenil. Bogotá, D.C.: AECID, mayo 2011. p. 93-104. ISBN 978-958-99008-1-9. Disponível em: <https://dds.cepal.org/redesoc/publicacion?id=1453>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SHINTAKU, M.; SOUSA, R. P. M. Direitos autorais e memória técnica em órgãos públicos. **Revista de Doutrina Jurídica**, Brasília, DF, v. 113, e022012, p. 1-12, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22477/rdj.v113i00.778>. Disponível em: <https://revistajuridica.tjdft.jus.br/index.php/rdj/article/view/778>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SILVA, A. W. L.; NETTO, M.; SELIG, P. M.; HELOU FILHO, E. A. Observatórios brasileiros de meio ambiente e sustentabilidade: diagnóstico e análise. *In*: CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA – ALTEC, 15., 2013, Portugal. **Anais [...]**, Porto, 2013. Disponível em: <https://repositorio.altecasociacion.org/handle/20.500.13048/780>. Acesso em: 6 out. 2024.

SOARES, L. C.; FERNEDA, E.; PRADO, H. A. Observatórios: um levantamento do estado do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 86-110, out. 2018. DOI: 10.36311/1981-1640.2018.v12n3.08.p86. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7958>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Como citar o capítulo: SILVA, Larissa Moreno; FERREIRA, Felipe da Rocha; RUFINO; Fernanda Maciel; MACÊDO, Diego José. Mapeamento dos Observatórios Governamentais no Brasil. *In*: MACÊDO, Diego José; CONEGLIAN, Caio Saraiva (org.). **Estudos em observatórios: conceitos, modelo e aplicações**. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 5, p. 79-94. DOI: 10.22477/9788570131973.cap5.